

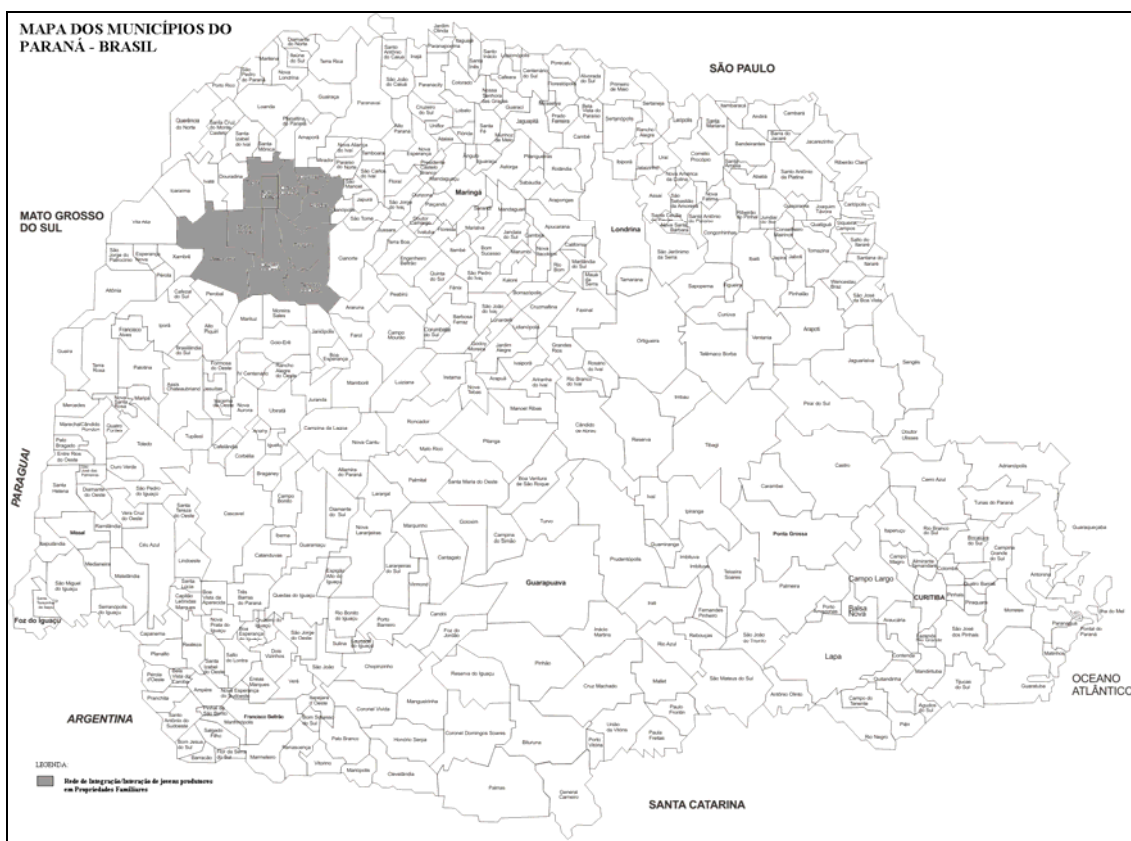
A retenção de jovens produtores no campo a partir de redes de integração/interação de propriedades familiares com vistas à estruturação de empreendimentos econômicos solidários

Márcio Mendes Rocha<sup>1</sup>

O projeto que ora apresentamos é um projeto de ação integrada entre produtores familiares. O objetivo é construir um rede de integração/interação com inicialmente 10 propriedades. A partir dos filhos de produtores que hoje recebem bolsas de extensão e terão a oportunidade de se qualificar a partir dos paradigmas da economia solidária bem como formação técnica. Existe o entendimento de que a manutenção das populações no campo com produção policultora e agropecuária é fator de desenvolvimento regional. A estabilização do homem no campo pode ser conquistada pelo trabalho coletivo, cooperado e solidário, na perspectiva do desenvolvimento local. Como atividade de sua formação, os estudantes deverão encontrar outros 8 estudantes nas mesmas condições, ou seja: filho de produtor familiar que trabalha com produção leiteira, para repassar para eles as qualificações oferecidas pelos cursos. É claro que em alguns casos os estudantes bolsistas poderão não conseguir encontrar os oito estudantes, outros poderão encontrar até mais. A realidade vai nos mostrar a abrangência que atingiremos com este projeto. A qualificação destes estudantes servirá como motivador à permanência do trabalhador no campo com uma opção viável para uma produção sustentável e sinalizando para um trabalho cooperado autogerido e autosustentável. Este projeto visa criar metodologias para operacionalizar as ações de integração entre os produtores. Foram escolhidos 10 propriedades familiares que produzem leite, além da policultura de 10 municípios do noroeste do Paraná, quais sejam: Guaporema, Umuarama, Cidade Gaucha, Rondon, Tapejara, Tapira, Maia Helena, Cruzeiro do Oeste, Nova Olímpia e Tuneiras do Oeste, conforme mapa que segue. Esta região está no momento atravessando uma transformação importante no perfil produtivo. A cana-de-açúcar está tomando lugar de uma produção diversificada que com a qualidade do solo desta região poderia perfeitamente ter continuidade desde que orientada para uma gestão mais participativa e com maior aporte técnico para as várias opções possíveis. Para tanto um importante trabalho deve ser feito buscando compreender a realidade dos produtores, bem como qualificando a formação dos trabalhadores familiares. Alguns eixos devem ser considerados como referência para se compreender os pressupostos desta nova economia que intentamos implantar. Neste artigo buscaremos contextualizar a região em questão e também apresentar algumas idéias sobre as bases desta nova economia, a economia solidária e as possibilidades de gestão de empreendimentos econômicos solidários junto aos proprietários familiares envolvidos no projeto.

---

<sup>1</sup> Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá no Departamento de Geografia e na Pós-Graduação, coordenador do Núcleo de Economia Solidária da UEM, coordenador do Núcleo de Mobilidade e Mobilização – NEMO/UEM.



## **Economia social e solidária a possibilidade de uma outra economia para além das relações capitalistas de mercado.**

Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano - e não do capital - de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Assim, nesta economia, o trabalho se transforma num meio de libertação humana a partir de uma economia democrática, contrapondo à dimensão alienante das relações do trabalho capitalista pela venda de trabalho assalariado. Para Singer, a definição da economia solidária está ligada a relação entre o trabalhador e os meios de produção, sendo que: “A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (...) A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro mas a quantidade e a qualidade do trabalho” (SINGER: 2002, p.04). Um trabalho contextualizado na totalidade das relações sócio ambientais, considerando a sustentabilidade da vida e da natureza na realização da riqueza. Um dos conceitos, que está intrinsecamente ligado à realização de um empreendimento solidário é desenvolvimento local. Com a grande tendência de aumento do rendimento do trabalho associado, há a busca por promover o

desenvolvimento local dos aspectos econômico e social. O desenvolvimento local se reproduz no âmbito das grandes cidades, bem como a partir de municípios periféricos aos núcleos urbanos. O desenvolvimento de municípios periféricos pode reverter processos de evasão populacional, contribuindo para uma maior homogeneidade distributiva das populações num dado território. Quando a competição sobressai em relação à cooperação, a grande tendência é a exclusão daqueles que fracassam ou não estão aptos, enfraquecendo o ambiente sistemicamente. Ao contrário, quando a cooperação preside as relações, cria-se um ambiente tolerante e igualitário, tornando possíveis processos de recuperação de economias abaladas (MYRDAL, in: ARROYO: 2008). A economia solidária, conforme Wautier (In: CATTANI: 2003, p.110), é orientada do ponto de vista sociológico e: “acentua a noção de projeto, de desenvolvimento local e de pluralidade das formas de atividade econômica, visando à utilidade pública, sob forma de serviços diversos, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, à população carente ou excluída” Pode-se dizer também que é fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são utilizadas como meros dispositivos compensatórios, mas sim fatores estruturantes na realidade da produção, circulação e consumo da vida material e social. A Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável; vale ressaltar: a Economia Solidária não se confunde com o chamado "Terceiro Setor" que substitui o Estado nas suas obrigações legais e inibe a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores, enquanto sujeitos protagonistas de direitos. É a possibilidade de um outro espaço de produção e reprodução das relações de produção. A Economia Solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores. Cabe a necessidade de construirmos este novo tipo de desenvolvimento respeitando e fortalecendo nossos laços de diversificação produtiva. Isto pode trazer consigo pelo menos duas conseqüências fundamentais: relações de complementaridade na oferta de produtos e serviços; e o uso sustentável da diversidade de recursos naturais e culturais, favorecendo e propiciando a convivência respeitosa com diferentes ecossistemas e culturas locais... Economia Solidária pode ser geradora de trabalho emancipado. E que operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as e superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital, se organiza e se opõe ao capitalismo, fortalecendo e empoderando trabalhadoras/es que negam a divisão entre o capital e o trabalho... Nossa proposta de desenvolvimento envolve cooperação no lugar da competição, desenvolvimento da inteligência coletiva no lugar do individualismo, respeito à vida em vez da precarização das condições de trabalho, propriedade coletiva ao invés da propriedade individual e autogestão ao invés da heterogestão. Quando se privilegia o desenvolvimento local, se está dando ênfase à sinergia que redes e cadeias produtivas promovem no processo de produção, comercialização e consumo, a partir de ações integradoras e interativas. Está se considerando o desenvolvimento, de baixo para cima, que também se dá através de trocas solidárias e uso de moedas sociais, que propiciam condições para participação mais direta nas decisões que envolvem a vida em comunidade. É no território que se promove o espaço da cidadania e as condições para exercer controle social e coletivo... “Defendemos um desenvolvimento que tenha como unidades de sustentação os empreendimentos solidários com sua forma básica de organização produtiva, distributiva e consumidora. Estas unidades de sustentação exigem um redesenho nas políticas públicas em que haja controle social e participação

na sua elaboração. Apenas com estas características poderemos estar seguros de que estas políticas respeitarão as questões da sustentabilidade social, econômica, ecológica e de preservação os direitos humanos. Estas políticas devem afirmar, principalmente, condições para que estas unidades de sustentação possam ter condições de se desenvolver, e por isso devem sinalizar para que tenham à sua disposição: Créditos, Tecnologias e Mercados.” (FBES - IV Plenária Nacional do,2008: 5). A construção de uma nova mentalidade se faz necessário. O consumo consciente, a moeda social podem romper com as leis monopolísticas de mercado. Temos que buscar a revolução pelo consumo. O capitalismo se esgota enquanto proposta, temos que encontrar novas formas de produzir, comercializar e consumir. A economia social e solidária é uma possibilidade que se concretiza conquistando espaço nas políticas de Estado e avançando na formalização de um marco legal. “ Proponho como exercício de construção um novo referencial conceitual para situar as relações entre Estado e Sociedade Civil na atualidade (primeira metade do Século XXI) ao situar a importância para que este novo ambiente tenha segurança jurídica e fiscal, orçamentária e legislativa a serem criadas nos três níveis de governo, a fim de que as atuais formas de controle e acompanhamento, governança e controlabilidade de aplicação dos recursos públicos possam ser desenvolvidas nesta área, como um novo modo de produção do direito administrativo brasileiro”.(NEDER, 2009: 2).

## **1. Introdução**

No Brasil, a concentração fundiária fortaleceu-se pela modernização da agricultura ocorrida a partir da metade da década de 50, acentuada nas décadas subseqüentes em função da revolução verde. Este marco impôs modificações substanciais no perfil técnico e econômico da agricultura, como a sua industrialização, sem ser capaz, entretanto, de evitar a exclusão dos agricultores familiares, gerando concentração de terra e da renda no meio rural, marginalizando o segmento de agricultura familiar que corresponde, atualmente, a 85% das propriedades rurais.

A industrialização da agricultura revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista também se tornou proprietário das terras, o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente à indústria.

Passados 50 anos da chamada revolução verde - campanha de modernização da agricultura visando aumento de produção e extinção da fome no mundo por meio do uso intensivo de máquinas, defensivos e fertilizantes químicos – a produtividade aumentou, e muito, mas aumentou também o número de pessoas que passam fome, de 80 para mais de 800 milhões.

Josué de Castro nos dizia que não poderemos construir um país com segurança e soberania alimentar enquanto verificarmos a existência de grandes latifúndios e uma produção agrícola pautada na monocultura.

Os bloqueios estruturais impostos pela lógica do sistema econômico hegemônico vêm exigindo do poder público uma atuação sistemática de combate a fome. A formação de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD é parte integrante da estratégia do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, no âmbito do Programa FOME ZERO, que visa o fortalecimento e ampliação das ações de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento local nas áreas de maior necessidade no país.

O CONSAD é uma forma de associação entre municípios, com participação da sociedade civil e do poder público, que viabiliza ações conjuntas baseadas na cooperação entre entes públicos e privados, visando basicamente a geração de trabalho e renda como garantia de segurança alimentar.

O conceito Desenvolvimento Local visa criar alternativas ao modelo de desenvolvimento excludente tal como se implantou no Brasil, através da promoção de ações direcionadas à gerar novas opções de trabalho e renda por meio da potencialização dos recursos naturais, humanos e sociais.

O conceito de Segurança Alimentar pode ser enunciado como a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidades e regularidade compatíveis com as necessidades humanas, compreendidas não somente em seu aspecto fisiológico, mas também nas suas dimensões psicológica e cultural (Guia do CONSAD, 2004).

## **A Mesorregião Noroeste**

Para compreendermos a mesorregião noroeste é preciso entender a rede urbana que se consolidou no final dos anos 1950 no Norte do Paraná. A ocupação das terras do norte do Paraná foi iniciada a partir de meados do século XIX, sendo finalizada em meados do século XX. A região noroeste fez parte da última etapa de ocupação, a maior no sentido de área ocupada e cidades fundadas que ocorreu após 1945 com iniciativas privadas e da continuação da ação do Estado. Desenvolvida em grande parte como um prolongamento agrícola da economia cafeeira paulista, a expansão fronteiriça paranaense alastrou-se rapidamente por áreas de terras da mais alta fertilidade, praticamente desabitadas, que passaram a constituir uma excelente válvula de escape para inversões lucrativas de amplas parcelas do capital acumulado no núcleo mais dinâmico do capitalismo nacional, localizado na Região Sudeste do país e centrado em São Paulo.

O rápido aumento dos preços do café no mercado internacional, no final da 1ª Guerra Mundial, fez com que parte da população de regiões cafeeiras tradicionais, como Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos, procurassem novas áreas de cultivo. Essas regiões deixaram de ser atraentes por possuírem os solos já esgotados e conseqüentemente com queda de produtividade dos cafezais. A população oriunda dessas regiões formaram os primeiros núcleos urbanos do norte do Paraná (PADIS, 2006)

O período de ocupação e fundação de cidades mais expressivas ocorreu em função da iniciativa privada de companhias imobiliárias, com especial destaque para a antiga Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, hoje denominada Companhia

Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP. A Companhia, de origem inglesa, em busca de áreas para iniciar o cultivo do algodão e atender as necessidades de matéria prima da indústria têxtil britânica vem para o norte paranaense devido sua excelência de solos, completando e substituindo áreas de suas colônias na África.

Para instalar fazendas de algodão e máquinas de beneficiamento, a Companhia comprou duas glebas de terras, mas, o insucesso do empreendimento fez com que mudassem de planos, criando um projeto imobiliário nas terras adquiridas. Dessa, começou o trabalho de compra de novas áreas que seriam colonizadas. De sua fundação até 1928, a companhia adquiriu uma área contínua que corresponde á décima sexta parte da área total do Estado.

De acordo com Fresca (2000) não se tratava apenas de comercialização de terras, da construção de estradas e de ferrovias para avançar a ocupação. Fundar cidades passou a ser parte integrante de um amplo projeto de loteamentos. Ao mesmo tempo a prioridade deixou de ser a formação de grandes fazendas e sim o loteamento de pequenas e médias propriedades rurais.

Neste período surgiram 110 núcleos urbanos, formando cidades dos quais 62 foram criados pela companhia colonizadora e outros 48 foram fundados por outros grupos, e assim, surgiram Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955).

Nesse contexto de acelerado crescimento populacional, a região Noroeste Paranaense alcançou o início da década de 1970 cerca de 963 mil habitantes, constituindo a segunda área mais populosa do interior do Estado. Apesar do intenso surgimento de cidades verificado na região no transcorrer do processo de ocupação, a maior parte da população ainda residia no meio rural (IPARDES, 2004).

Sua formação de solo, do tipo arenito Caiuá, arenoso e de baixa fertilidade, sofreu um rápido processo de erosão e de esgotamento sob efeito do forte movimento expansivo da fronteira agrícola. Nesse contexto, a região não conseguiu incorporar os vetores da modernização tecnológica que transformou de forma acelerada a agricultura das áreas mais dinâmicas do Estado.

Diferentemente destas, a substituição dos cafezais no Noroeste cedeu espaço principalmente à ampliação extensiva das pastagens, agravando o quadro de desarticulação da estrutura fundiária, compostos predominante por pequenos estabelecimentos de parceiros arrendatários, provocando expulsão populacional (IPARDES, 2004). Desse modo, entre 1970 e 1980, a mesorregião evidenciou as mais altas taxas de decréscimo populacional dentre as mesorregiões paranaenses, tanto em termos rurais quanto no que se refere ao conjunto da população.

Segundo ROCHA (2004) essa situação ocorre também em função da transformação da base da produção estimulando os produtores capitalizados.

*Na década de 1970 observa-se na região um forte crescimento social e econômico. O resultado é, de fato, a diversificação da produção regional, com a erradicação de milhões de pés de café, a introdução da pecuária, do binômio soja-trigo e a agroindústria de transformação. Esta fase demarcou uma efetiva restrição do espaço produzido aos agricultores não capitalizados. O acesso ao financiamento para a produção era dado aos produtores capitalizados, para a segurança dos bancos financiadores, estas transformações estabeleceram um processo de concentração*

*fundiária no Estado do Paraná como um todo, ocorrendo de forma menos acentuada no norte paranaense.*

Nas décadas seguintes esses processos demonstraram continuidade, ainda que com tendências de arrefecimento dos ritmos. Os municípios mais populosos - Umuarama, Paranavaí e Cianorte - vêm sustentando, de certa forma, seu papel de destaque na região e, em 2000, concentravam cerca de 35% da população total e 41% da urbana mesorregional. Entretanto, destes, apenas Cianorte, no decênio 1991-2000, cresceu a uma taxa superior à média do Estado (IPARDES, 2004).

Na região o produtor policultor vem percebendo as transformações que a monocultura trás as paisagens principalmente das áreas agrícolas. Essa realidade vem se expandindo em ritmo acelerado, incorporando espaços rurais que anteriormente eram destinados na produção de diversas culturas, principalmente os produtores rurais familiares da região.

A região Noroeste Paranaense apresenta um cenário agrícola pouco diversificado (Tabela 1), com forte predominância de pastagens exploradas de forma extensiva. A área ocupada atualmente por pastagens na região Noroeste do Paraná é da ordem de 1.420.000 hectares, com 2.200.000 cabeças de gado, com taxa de lotação de 1,5 cabeça por hectare. A tendência, no entanto, é que essa área diminua a cada ano, pressionada pela ocupação de novas lavouras, como por exemplo, a cana-de-açúcar. Existem hoje no Estado do Paraná, 29 usinas ou destilarias de álcool, todas concentradas na região Norte, com 11 dessas localizadas na região Noroeste. Mais três unidades estão em construção, todas na região Noroeste (ALCOPAR, 2008).

Tabela 1. Cenário Agrícola da Região Noroeste do Paraná		
Lavouras	Áreas (ha)	(%)
pastagem	1.420.158	69,35
café	12.545	0,61
algodão	3.651	0,18
cana	190.068	9,28
citros	6.302	0,31
feijão	9.569	0,47
mandioca	85.626	4,18
milho	98.290	4,80
soja	169.987	8,30
trigo	10.998	0,54
outras culturas	40.740	1,99

Fonte: (IPARDES, 2008)

## **O território CONSAD Entre Rios no Paraná - Brasil**

Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSADs, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS são organizações territoriais, formalizadas a partir de um critério de regionalização que tem como referência , com um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e grau de desenvolvimento local considerando projetos de segurança alimentar e nutricional que gerem trabalho e renda.

Os CONSAD'S são formados por municípios com baixos Índices de Desenvolvimento Humano e pequena população, territorialmente excluídos dos eixos de acumulação de riquezas. São municípios com perfil rural, com carências infra-estruturais, cuja atividade econômica e de subsistência reside, na maior parte dos casos, na agricultura familiar que apresental estagnação econômico e também evasão populacional.

Estão implantados 40 CONSAD'S distribuídos em 26 estados brasileiros, envolvendo 576 municípios e uma população de 10,5 milhões de habitantes, no Estado do Paraná existem duas áreas, o CONSAD Paraná Centro e CONSAD Entre Rios.

Assim o MDS, por meio dos CONSAD'S apóia a implantação de projetos de combate à pobreza relacionados a sistemas agroalimentares, capazes de intervir na realidade sócio-territorial, integrando políticas públicas, envolvendo agentes sociais e gerando trabalho e renda.

O CONSAD Entre Rios é formado por 33 municípios dos 61 que formam a região noroeste paranaense, com população total de 383.203 habitantes (Censo 2000 – IBGE), sendo 287.607 habitantes no meio urbano e 95.596 habitantes no meio rural.

A maioria dos municípios possui população inferior a 20.000 habitantes e vocação voltada para atividades agrícolas. Dos 33 municípios, 16 são formados por uma população que variam entre 5 mil a 10 mil habitantes. Cidades como Altônia que na década de 1970 possuía uma população superior a 80 mil habitantes, no censo de 2000, chegou a 19.230 habitantes, uma redução da população da ordem de 75%.A redução da população entre os censos de 1991 e 2000 mostra que o Território vem perdendo de forma expressiva sua população, boa parte nos finais de década de 1970 e a outra metade na década de 1980.

Desde fevereiro de 2007, a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES) do Campus Avançado de Umuarama (CAU), da Universidade Estadual de Maringá (UEM) representa a Universidade na Comissão Executiva do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD Entre Rios.

A Incubadora regida sobre os princípios da economia solidária, em articulação com o Poder Local, pode-se transformar em um centro de apoio às alternativas de desenvolvimento sustentável da região. Para tanto, a busca de um mecanismo de continuidade, além da política de governo, embasada em uma política pública, torna-se essencial nesse processo de transformação. As mudanças, a partir da reflexão com os empreendimentos, deverão respeitar a cultura e a história da população.

Ações de desenvolvimento local, realizadas pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - IEES/CAU-UEM bem como do Núcleo de Economia Solidária



da UEM são de fundamental importância tendo em vista que cria possibilidades de ampliação e inserção dos trabalhadores atendendo a demanda por atividades que geram trabalho e renda. Fortalecendo as atividades do agricultor e do trabalhador urbano, diminuindo o êxodo rural e territorial. Ela propõe, juntamente com a população local estudada, um desenvolvimento que beneficie a comunidade, num processo de desdobramento e construção a partir de suas realidades, e que possam sustentar suas aspirações sem precisarem deslocar-se para outros lugares a fim de conseguirem melhores condições de vida. O projeto busca elaborar novas metodologias a partir de uma práxis científica, buscando com os agentes sociais os sinais para encontrarmos saídas criativas para uma outra economia, um outro desenvolvimento, mais fraterno e menos concentrador de riqueza.

## Bibliografia

CASTRO, Ana Maria de. A natureza social da fome. CIÊNCIA HOJE - SBPC, 2008, vol. 43 No 255 p 11-13.

CATTANI, A.D. (org), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA Comissão Organizadora da IV Plenária Nacional. **Documento-Base nacional -10 de março de 2008**. Brasília, 42 p.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

NEDER, Ricardo Toledo. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL DIANTE DA NOVA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL (QUAL GOVERNANÇA E CONTROLABILIDADE?) Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ago/set. 2009 (PRELO). Disponibilizada em jan. 2009 no sítio: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=113&Itemid=216](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=113&Itemid=216).

PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do paranaense. 2ª edição. Curitiba: IPARDES, 2006.

ROCHA, Mendes Márcio. As cidades periféricas da mesorregião norte central paranaense: os vazios demográficos e o desenvolvimento. In: I Seminário Internacional de Rio Claro, Rio Claro, 2004.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.